



DESCONSTRUINDO ESTEREÓTIPOS: UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE ESPACIALIDADE E CIGANIDADE

Marcos Flávio Portela Veras¹
Sérgio José Elias²

SUMARIO: *Introdução; 2 Espacialidade e ciganidade; 3 Transformações históricas ou lógicas distintas?; 4 Vivendo como outros; 5 Considerações finais; Referências.*

RESUMO: Este ensaio objetiva entender como os ciganos constroem sua alteridade, diferenciando-se do restante da população, como se apropriam do espaço em que vivem, como constroem um sentimento de pertencimento no processo de identificação étnica e territorial. Embora tenha sido estimulada pela visita de um dos autores em uma comunidade cigana e a desconstrução de estereótipos, o trabalho é o resultado de uma revisão de literatura sobre aportes teóricos dessa temática. Foi possível então perceber que os estereótipos negativos sobre os ciganos podem ser fonte de preconceito pelo senso comum, mas o resultado de outras lógicas de apropriação do espaço e manifestação da alteridade étnica definida como ciganidade. Uma compreensão desses processos pode ser útil para gerar conscientização e a garantia de direitos legais.

PALAVRAS-CHAVE: Estereótipos; Ciganidade; Espacialidade; Preconceito.

INTRODUÇÃO

A antropologia tem ampliado cada vez mais seu campo de estudos em diferentes espaços da vida pública e até privada. Sua abordagem foca especialmente relações que envolvem diferentes cosmovisões e sua complexidade. Isso implica um interesse inadiável pela presença de grupos etnicamente distintos no interior de um país que aparentemente é homogêneo em suas manifestações culturais.

Nesse sentido, há um segmento da população brasileira que tem despertado cada vez mais o interesse em pesquisas na referida área. E permeia muito forte uma visão no senso comum de formas de organização espacial bem distinta do restante da população. Os ciganos são vistos como um grupo com extrema mobilidade, com uma maneira de entender o *estar em casa* bem diferente. E uma abordagem antropológica pode ser útil para elucidar a lógica por trás de tal visão e as estratégias utilizadas por esses grupos para se relacionar com um pensamento mais convencional de fixação do aparato estatal.

Um dos autores deste artigo é de outra área de formação e teve a primeira experiência antropológica no âmbito de uma especialização neste campo do conhecimento, participando

¹ marcos.veras@unievangelica.edu.br. Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas. Coordenador de Estudos sobre culturas e Etnodesenvolvimento e o Grupo de Pesquisa “Diálogos Interculturais”, Professor da Universidade Evangélica de Anápolis.

² engsergio@hotmail.com. Mestre em Estruturas e Construção Civil pela Universidade de Brasília e Especialista em Antropologia Intercultural pela Universidade Evangélica de Anápolis. Analista de Planejamento no Detran/DF.

de uma visita técnica numa comunidade cigana que será identificada aqui como A, como parte das atividades propostas na disciplina Antropologia Aplicada. Esta experiência então o despertou para realizar uma pesquisa com ênfase na revisão de literatura sobre a espacialidade cigana, tendo em vista que queríamos entender melhor a ideia de que os ciganos são nômades, se na oportunidade os percebeu habitando em casas e com certa fixação. No processo de construção da pesquisa, um dos autores já tendo realizado pesquisas antropológicas e interessado em vislumbrar o universo cigano, agregou aportes importantes na discussão da temática proposta.

Para tanto, esse artigo objetiva entender como os ciganos constroem sua alteridade, diferenciando-se do restante da população local, como se apropriam do espaço em que vivem, como constroem um sentimento de pertencimento no processo de identificação étnica e territorial. Isso envolve uma percepção da espacialidade cigana, da identificação de outras lógicas de organização do espaço e da relação desse *outro* modo de habitar e ser no espaço.

A estratégia é analisar as produções antropológicas sobre a temática da comunidade cigana, como eles mesmos a denominam, para enunciar e compreender a alteridade cigana, o que tem sido denominada de ciganidade na busca da manutenção da alteridade. Também há um uso mais pontual das observações realizadas na experiência mencionada de uma visita a um grupo que se identifica como Calon, um dos grupos étnicos ciganos existentes no Brasil, sendo inclusive o maior em números.

O texto está organizado em três partes, onde num primeiro momento abordamos uma discussão mais teórica em torno do que tem sido entendido academicamente como espacialidade e ciganidade. Em seguida abordo as transformações históricas e a possibilidade de uma mudança ou não na forma de pensar o espaço e, por fim, o viver cigano como *outro* diante do meio social em que estão inseridos.

2 ESPACIALIDADE E CIGANIDADE

Embora não seja um tema clássico da antropologia, as diferentes formas de organizar os espaços estão presentes em obras clássicas da disciplina. Mauss (2003) menciona como a sazonalidade tem uma forte influência na percepção dos Esquimós sobre o espaço social. E Evans-Pritchard (2011) relata em sua etnografia clássica sobre *Os Nuer* a ideia de espaço estrutural que estava relacionada com o sistema político, econômico e social deste grupo africano.

Mas essa discussão não pode ignorar a contribuição da geografia, campo de estudos que explora a organização social do espaço como elemento fundamental de suas investigações. Edward Soja (1993) define espacialidade como o espaço socialmente produzido, o que envolve uma dialética entre o espaço material e imaterial, físico e simbólico, fugindo de uma visão fisicalista do espaço. Ele é organizado socialmente levando em consideração vários fatores que dizem respeito a vida humana, o que não dizer que o físico não existe, mas que é entendido por meio de uma construção social e cultural.

Para Veras (2019) “o espaço não deve ser compreendido apenas como o resultado de práticas sociais, como expressão de dinâmicas sociais; as espacialidades também provocam dinâmicas sociais, as diferentes espacialidades são tanto resultado como causa das mesmas” (p.39). Isso aponta para uma compreensão que tem sido denominada de socioespacialidade, caracterizada por uma abordagem interdisciplinar, a tensão entre o social e o espacial e um descentramento do conhecimento que se desloca para as bordas ou interstícios, como propõe Piazzini (2014) numa tentativa de caracterizar esse exercício epistemológico.

Com isso posto, é possível perceber que há uma compreensão no âmbito das ciências sociais e humanas de que o espaço deve apreendido como físico e social, sem uma separação mais rígida. Latour (2004) trabalha isso quando menciona que a separação entre ciências

sociais e naturais não é uma marca da modernidade no campo científico; o que existe é hibridez, mistura, associações, um entrelaçamento que denomina de rede.

E para fortalecer essa abordagem da produção social do espaço, o pensamento de Henry Lefebvre (LEFEBVRE, 2013), onde o espaço não é somente o resultado da intervenção humana na natureza, mas o próprio espaço entra numa relação dialética com o social. Esse espaço é produzido e isso assegura a um grupo específico uma coesão, manifestam relações econômicas e saberes específicos, tendo ainda uma dimensão mais simbólica, com um caráter mais clandestino e difícil de ser apreendido.

Esse aporte é importante para pensar a ciganidade, termo que de acordo com Shimura (2020) tem sido abordado de várias formas, tendo a alteridade o seu uso mais comum. A alteridade como a identidade que se manifesta na relação com o *outro* aumenta as possibilidades na discussão da temática, tendo em vista que suas expressões são diversas no contexto cigano brasileiro. Essa ciganidade é vivenciada em contextos específicos e mais abrangentes.

Assim sendo, a ciganidade é um acontecimento global e local, no sentido de que os ciganos estão dispersos em vários espaços socialmente construídos do mundo, ao mesmo tempo em que se organizam em pequenos grupos locais, culturalmente mais semelhantes. Obviamente cada grupo cigano possui seus formatos culturais, semiautônomos, coexistentes em “microdimensões identitárias” (SHIMURA, 2020, p.48).

Os ciganos são fortemente alicerçados na noção de família, veem-se enquanto grupo, há uma linguagem particular e única deles que é um grande traço cultural que possibilita instantaneamente estabelecer diferenciações objetivas entre os ciganos e os demais moradores de uma determinada comunidade, tornando-se, portanto, um sinal diacrítico que é definido por SHIMURA (2020) como “recursos diferenciadores entre quem pertence e quem não pertence a determinado grupo (certas roupas, ofícios, idiomas/dialetos, linguagem, tradições, tatuagens, comportamentos, etc.)” (p.58).

Se por um lado o indivíduo cigano reconhece a sua experiência como parâmetro singular de pertencimento étnico, por outro lado, outras experiências, igualmente singulares – todavia diferentes entre si – também reivindicam a mesma legitimidade, o que amplia em muito o complexo da ‘ciganidade’” (SHIMURA, 2020, p.49).

Em sua pesquisa sobre a inserção de novos sujeitos no espaço agrário do Triângulo Mineiro, Borges (2015) menciona que no caso observado, os ciganos seguem a linha de seu contexto histórico, em “que o cotidiano dos ciganos é constituído de idas e vindas, tem como lógica o fluxo contínuo de montar e desmontar acampamento” (p.22). Essa constatação não implica dizer que a presença de um grupo em um endereço fixo por um tempo mais prolongado não seja um exemplo de ciganidade, pois a espacialidade é relacional e múltipla.

No caso da comunidade A, que um dos autores teve a oportunidade de conhecer, a ciganidade é muito clara, mas a mobilidade não parece, a princípio, ser um fator muito marcante a um observador com impressões apressadas de uma visita técnica como parte de um breve exercício de trabalho de campo. E nem é a nossa intenção, por falta de dados que possam fornecer subsídios para uma investigação mais profunda, analisar a construção social do espaço nessa comunidade atribuindo uma espacialidade móvel ou fixa. Contudo, aguça a curiosidade investigativa de uma ideia em que ciganos são definidos por sua mobilidade.

Nesse sentido, trabalhar o conceito de ciganidade com ênfase na alteridade, nos remete a noção clássica antropológica de grupos étnicos que encontra no texto “Grupos étnicos e suas fronteiras” de Fredrik Barth publicado em 1969 um aporte pertinente. Barth (2000) propõe a compreensão de grupos étnicos como indivíduos que se organizam socialmente de uma forma distinta do restante da população, que se identificam e são identificados como *outros*. Isso não

seria somente em decorrência de relações de consanguinidade ou da presença de elementos culturais que os vincule a antepassados com esta forma de identificação, mas com a forma como se organizam para atingir objetivos políticos comuns.

Essa ideia de ciganidade como uma forma de organização social específica, pode abrir a possibilidade do surgimento de novas formas de se apropriar dos espaços. E se isso ocorrer não implica necessariamente uma ausência de ciganidade, uma espécie de perda cultural, mas uma atualização cultural com as novas configurações que são submetidos.

Com as problemáticas que envolvem os ciganos, é possível verificar novas perguntas para os novos contextos e realidades, nos quais a ciência e os ciganos estão inseridos, para obter respostas ou para novos temas contemporâneos onde os resultados irão servir para dar continuidade no aprofundamento da investigação da cultura cigana. Ao estudar a cultura cigana, especialmente a etnia Calon, focando nos pontos de preconceito, núcleo familiar e moradia fixa é possível tecer redes de sociabilidade para discussão de melhorias nas políticas públicas e privadas.

Em sua pesquisa sobre os ciganos do município de Limoeiro do Norte, no Estado do Ceará, Silva (2010) afirma que o conhecimento científico sobre os ciganos nos dá respostas ou impõem dúvidas sobre os contextos nos quais estão inseridos em dados momentos, seja por meio da revisão de literatura disponível, seja por meio de observações de situações concretas. Segundo ele,

o campo de estudos etnográficos sobre ciganos no Brasil ainda é pouco explorado, o que dificulta a compreensão dessa etnia e o estabelecimento de comparações com os diversos agrupamentos humanos situados em outras regiões do país, ao contrário do que acontece com quilombolas e indígenas” (SILVA, 2010, p.15).

Assim, a antropologia pode ser um suporte interessante para responder questionamentos ora sobre a experiência vivida junto aos grupos, ora com as fontes orais recolhidas durante conversas informais, de forma a demonstrar se há continuidade ou ruptura nos aspectos relacionados sobre os ciganos.

De acordo com Melo (2018) a investigação sobre materiais que tratam de grupos ciganos é um verdadeiro desafio, seja pela deficiência de fontes escritas, seja pela dificuldade em seguir uma metodologia que se adeque ao objeto de estudo. Assim essa “lacuna no Brasil sobre trabalhos realizados com ciganos é interessante para pensarmos o porquê da falta de interesse dos pesquisadores sociais” (p.3).

Cabe citar uma referência clássica nesse campo de pesquisa. Para Malinowski (2003) em seu estudo nas Ilhas Trobriand, na Melanésia, alguns grupos sociais “(...) tem uma profunda reverência pela tradição e pelo costume, numa submissão automática às suas ordens” (p.18). Conscientes dos diferentes contextos etnográficos que separam os trobriandeses dos inúmeros ciganos dispersos pelo território nacional, ficamos pensando se estes não poderiam ser entendidos como grupos que nutrem uma forte valorização das tradições, costumes e dialeto local, às quais se submetem e precisam ser respeitados.

Outro aporte seria o antropólogo Mauss (2003) que chama a atenção para que uma comunidade organizada politicamente valorize a clara noção de aliança, tanto matrimoniais quanto políticas, econômicas, jurídicas e diplomáticas (incluindo as relações pessoais e a hospitalidade). Na verdade, para este autor isso seria fundamental para a forma como organiza as mais diversas questões da vida e define suas ações nas relações.

3 TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS OU LÓGICAS DISTINTAS?

De acordo com Lamanit (2019) não há consenso quanto às origens dos ciganos. Tenta se reconstituir por meio de vários documentos como e quando chegaram até a Europa. Argumenta que

do início do século XV até aos dias de hoje, o enigma permanece alimentado tanto por acadêmicos - assumindo muitas vezes uma postura mais ideológica do que científica - como por militantes da causa “Rom” que rivalizam de discursos contraditórios perante as mídias, uns receando que a evocação daquela origem indiana desperte movimentos de rejeição e até mesmo de expulsão “para o lugar de onde vieram” e outros sobrevalorizando essa longínqua origem. (LAMANIT, 2019, p.66).

A chegada dos ciganos Calon ao Brasil é estimada por volta do séc. XVI, provenientes de Portugal, onde eram vítimas de muito preconceito e intolerância com relação às suas diferenças. Foram enviados arbitrariamente ou convidados a sair em direção uma terra desconhecida nas caravelas portuguesas, num período de muita perseguição às comunidades ciganas em toda a Europa. O nomadismo de tais grupos promoviam ameaças, prisões e expulsões, bem como era a razão de estereótipos negativos (SHIMURA, 2014).

De acordo com Shimura (2014) a alteridade cigana em relação aos demais europeus era determinante para o estereótipo negativo. Cita Moonen para indicar fatores decisivos como nomadismo, visão diferente de trabalho, paganismo, desonestidade e contravenção. “Não somente na Europa, de onde vieram, mas no próprio Brasil os ciganos tiveram de enfrentar preconceitos e suas consequências. Foram considerados insubmissos aos ‘padrões dominantes’ e por isso as autoridades tinham dificuldades de ‘lidar com eles’” (SHIMURA, 2014, p. 47).

Isso impreterivelmente foi conduzindo a reconstruções no *modus vivendi*, muito embora ainda seja na própria memória coletiva cigana um grande elemento de identificação étnica, enaltecido nas narrativas desses grupos. As estratégias para lutar contra a rejeição fez com que o nomadismo passasse a ser muito mais uma lembrança de tempos míticos, do que uma prática recorrente e forte. Contudo, a presença do nomadismo nas narrativas dos contadores de história pode ser um sinal de uma compreensão subjetiva e simbólica do espaço em que vivem, mesmo que se estabeleçam em algum específico (SHIMURA, 2014).

Comentando sobre as intervenções estatais em relação a esse segmento da população, Campos (2018) afirma que “(...) a história dos ciganos no Brasil foi inteiramente marcada por uma espécie de política pública às avessas, com diversos registros de Leis, Decretos e Posturas Municipais que criminalizavam e expulsavam famílias ciganas em território nacional” (p.88).

Prossegue sobre a história dos ciganos no Brasil:

Rodrigo Teixeira (2009) dedicou-se em parte de sua obra História dos Ciganos no Brasil a reconstituir a “correria de ciganos”, como eram chamados os episódios de perseguições violentas aos ciganos por parte das autoridades e pela polícia ao longo do século XIX em Minas Gerais, principalmente na região da Zona da Mata. (...) Diversos relatórios policiais e jornais da época são testemunho da frequência destas correrias. Tratava-se de operações policiais de repressão aos ciganos, com propósitos “higienistas” e de “manutenção da ordem pública” (CAMPOS, 2018, p.90).

É inegável que as relações sociais vão promovendo transformações históricas e que fazem parte do próprio processo histórico da humanidade. Lévi-Strauss (1993) afirma que coexistência cultural é um fenômeno histórico de desenvolvimento dos povos e isso inclui tanto a diversidade como a manifestação de cosmologias específicas. É na relação com outro

que muitas vezes damos conta de elementos de nossa própria cultura e isso está nas origens do pensamento antropológico (LAPLANTINE, 2003).

Para Peripolli (2013) que desenvolveu pesquisa entre as mulheres ciganas do município de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, “a cultura cigana é ligada ao campo da oralidade, que se faz uso por meio da produção e da valorização dos registros de suas memórias de sua trajetória de vida e de seu cotidiano em suas moradias” (p.14). Logo, o desafio de encontrar as raízes históricas e como foi havendo mudanças no universo cigano leva em conta a memória e relatos dos próprios sujeitos históricos que ainda hoje lutam para encontrar formas criativas de reprodução de suas formas de viver e de habitar.

Ainda segundo Peripolli (2013), os ciganos Calon mantêm uma estrutura de relações sociais baseada em seu grupo étnico, que são categorias atributivas e identificadoras empregadas pelos próprios atores como forma de organização social, e os subgrupos familiares de nativos e locais, conforme identificados pelos interlocutores. O tempo e o espaço estão diretamente relacionados a questões econômicas e atividades de trabalho, pois são comerciantes itinerantes e estão sempre em descolamento geográfico.

De acordo com a aporte teórico-metodológico do estrutural-funcionalismo de Radcliffe-Brown (1973) “as estruturas são determinadas pelas formas de vida social. O processo depende da estrutura, e a continuidade da estrutura depende do processo” (p.23). Isso se aplica ao caso dos ciganos para refletir sobre possíveis mudanças na lógica fixa ou móvel de sua espacialidade, por entender que são processos em constantes mudanças e sujeitos a muitas intervenções.

Em seu artigo sobre os ciganos Calon que estão fixados no município de Carneiros, Paraíba, Moraes (2018) afirma que se apropriam do espaço por meio das relações construídas dentro e fora da cidade. As formas pelas quais se movimentam e se diferenciam do restante da população são elementos como os discursos sobre nomadismo, o luto, as brigas e os negócios. Para ela,

(...) o senso comum atribui como característica essencial da identidade cigana ser nômade. Os pesquisadores, ciganólogos e antropólogos dedicam seus estudos em entender esse nomadismo e se os ciganos ainda se consideram nômades, mesmo depois das paradas que vêm ocorrendo (MORAIS, 2018, p. 176).

É necessário refletir sobre o que o aporte apresentado sobre espacialidade levanta do processo dialético de construção do espaço, o que pode passar uma ideia de mobilidade onde há fixação ou vice-versa. A ideia móvel de apropriação do espaço pode incluir a fixação em determinados espaços, mas uma mente com uma percepção muito mais ampla.

Em sua pesquisa sobre as percepções territoriais de agrupamentos indígenas e não indígenas e as intervenções estatistas no baixo rio Negro, Veras (2019) percebeu que o observador sem muitos dados de pesquisa pode facilmente entender as dinâmicas espaciais indígenas como fixas. Isso conduz a intervenções de ordenamento territorial que não conseguem apreender a ideia indígena de seu próprio território. O resultado são tensões e conflitos na implementação de tais políticas, por não compreenderem a mobilidade do território.

No caso cigano pode-se cair facilmente na mesma armadilha, pois o fato de uma comunidade se fixar em determinado espaço ou de estarem parados não necessariamente podem implicar numa superação da mentalidade nômade cigana. Se a mobilidade permanece como um elemento importante na narrativa cigana de identificação étnica não se deve descartar que isso esteja na forma de se apropriar dos espaços onde habitam.

De acordo com Cunha (2018) “o cigano foi capaz de organizar um discurso que elencasse a cultura de seu povo, afirmando que mesmo fixados e não mais praticando o

nomadismo, continuavam sendo ciganos” (p.45). Mesmo assim, até que ponto o próprio cigano tem consciência de sua mente nômade ou fixa, ou se não seria a manifestação do essencialismo prático nos termos de Herzfeld (2005) com vistas a uma captura dos códigos do Estado e restante da população.

Concluindo essa parte menciono o pensamento de Moraes (2018) com base nos ciganos de Carneiros na Paraíba.

A socialização e trajetória dos povos ciganos foram construídas com base em perseguições e discriminações diversas. Eles se deslocavam para sobreviver e sua constituição como grupo étnico deveu-se, em grande parte, a essa prática de mobilidade que sempre causou estranheza ao não cigano, sedentário, ocidental e ‘civilizado’. Ela pode ter se tornado um forte elemento em sua estrutura social, vivida no cotidiano e nas relações familiares, dialogando e exercendo influência sobre suas visões de mundo (MORAIS, 2018, p. 176).

4 VIVENDO COMO OUTROS

Na breve experiência de um dos autores visitando uma comunidade cigana, foi possível perceber uma ligação entre alteridade e a construção dos vínculos familiares. Ao caminhar pelo local foi possível perceber claramente o patrimônio vivo que ali habita e transita, ou seja, uma população local em que indivíduos que se identificam e são identificados como ciganos. Muitas vezes passam despercebidos, pois depois de tantos anos de convivência com o restante da população local são vistos como qualquer outro morador da comunidade.

Esta menção, como já foi exposto, não é para explorar como dados de pesquisas, pois foi uma experiência rápida, mas para atestar o aguçamento em entender o estereótipo do cigano nômade. Foi possível notar a crescente tendência à fixação dessas famílias, mas a comunidade A se diferencia claramente em questões culturais do restante da população brasileira e se mostram aptos a requerer mais visibilidade e a garantia dos seus direitos legais enquanto sujeitos coletivos de direitos deste país.

Neste caso, conforme SHIMURA (2020):

a ênfase desse grupo está na ideia de uma ciganidade que só pode ser atestada pelo elemento ‘sangue’, ou seja, só são verdadeiros os ‘ciganos de sangue’, que tenham relações consanguíneas com pai, mãe ou ambos de etnia cigana, podendo excepcionalmente estender sua ligação aos avós, bisavós, tataravós etc. ‘Cigano é filho de cigano’, ‘neto de cigano pode ser cigano’, ‘se tem o sangue, então é cigano’” (SHIMURA, 2020, p.69).

Todavia, Shimura menciona que os estudos nos mostram pessoas que se reconhecem como ciganos mesmo sem vínculo de parentesco consanguíneo, apropriando-se de elementos socioculturais e/ou a vínculos formais ou informais que lhes confirmam pertencimento identitário étnico e que legitima legalmente e conceitualmente a autodeclaração cigana.

Um grande mérito dos recentes estudos sobre ciganos é aperfeiçoar a capacidade que a antropologia possui de afastar conceitos generalizantes e noções redutoras e simplistas, evitando que categorias ocidentais e modernas sejam transferidas para outras formas de socialidade. Conforme Fazito (2000):

[...] para compreendermos a tradição cultural cigana, necessitamos abstrair de nossas próprias categorias (conceitos e teorias) e suas lógicas redutoras, procurando inovar no sentido da interpretação, evitando as reificações constantes dos chamados ciganos em estereótipos, grupos e rótulos (como o

fazem os discursos eruditos) pouco concernentes à fragmentação e à heterogeneidade características desta tradição (FAZITO, 2000, p.118).

Para Morais (2018) os Calon não são um grupo homogêneo. Espalham-se por todo país e apresentam mudanças no seu modo de viver. Aqueles que vivem no município de Carneiros, no Estado de Alagoas, por exemplo, não mantêm contato com os Calon que estão no município de Penedo, no mesmo Estado da Federação. Assim, não podemos generalizar os aspectos culturais observados em nenhuma dessas localidades, já que elas podem apresentar significativas mudanças.

O preconceito presente na população não cigana é sempre uma grande ameaça para a comunidade cigana local. Esses preconceitos são percebidos claramente e rotula os ciganos como ladrões, criminosos e tem que conviver com a constante desconfiança das autoridades por serem diferentes.

É a partir do contato que as fronteiras sociais são delineadas. Por meio disso, é possível entender o estilo de ser cigano localizado, na tentativa de promover uma desconstrução do estereótipo preconceituoso baseada em uma longa tradição cultural e sua condição cigana de povo nômade e excluído social e politicamente de múltiplas formas e em vários países.

Foi possível perceber um pouco disso trafegando por uma das ruas da comunidade A, quando uma família cigana pediu que parássemos o veículo para contar ao nosso grupo uma vitória que acabara de acontecer na vida deles. A breve parada foi suficiente para termos um carro da polícia militar parado indiscretamente do nosso lado, encarando com olhar discriminatório ou condenatório, pois se tratava de ciganos conversando com não ciganos.

O preconceito interfere na questão econômica, haja vista que os empregadores não admitem candidatos ciganos. No campo político os ciganos ainda não possuem representatividade, o que torna mais distantes as conquistas por direitos variados, em comparação com aquela parte da população que tem representantes nos poderes municipais diversos. Não há quem possa articular sequer seus possíveis projetos sociais ou qualquer solicitação de verbas para quaisquer melhorias comunitárias.

Na prática da cultura são muitas vezes impedidos de realizar suas festas culturais em virtude das reclamações da população não cigana e não são autorizados pelo poder público, afetando assim as manifestações culturais nas festas de casamentos que tinham três dias de festas, com vários rituais próprios da cultura cigana.

O combate ao preconceito em relação aos ciganos é um passo fundamental para que se construa uma sociedade mais justa. Isso implica rever as arbitrariedades estruturais e históricas que ao longo do tempo têm mantido o povo cigano carente de direitos comuns a toda a população.

Chamou a atenção a atribuição dos ciganos visitados sobre o principal elemento de identificação étnica cigana que seria o dialeto local, o que diferencia a cultura cigana na comunidade, havendo ainda outros elementos culturais como a realização de festas de casamento. Porém, a grande questão da alteridade cigana nômade presente nos estereótipos da maioria da população brasileira permanecerá em nossa reflexão.

Viver como *outro* e preconcebido como nômade, fora daquilo que se espera e vítima de preconceito e intolerância, certamente continuará sendo uma realidade de muitos ciganos neste país. Entretanto, que a cada dia o ser humano possa entender que há outras formas de expressar a alteridade e construir socialmente os espaços. Talvez dessa forma os ciganos sejam tratados com mais dignidade e tenham seus direitos assegurados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa da literatura disponível sobre os ciganos Calon no Brasil na tentativa de entender se a sua espacialidade tem um caráter móvel ou fixo, cremos ter iniciado um processo que pode ser aprofundado com uma pesquisa de campo. A experiência com a comunidade A foi importante para despertar o desejo investigativo, mas não dá subsídios suficientes para uma análise da questão.

As impressões apressadas de uma mudança cultural foram provadas por pesquisas consistentes que manifestam uma forte proximidade entre o tangível e o intangível, material e imaterial, físico e simbólico. A fixação desses ciganos pode esconder uma percepção extremamente móvel de apropriação dos espaços.

Esse exercício não foi suficiente e nem teve a pretensão de entender profundamente se a mobilidade deixou de ser uma característica marcante dos ciganos Calon, mas que na revisão de literatura, Morais (2018) nos ajudou a compreender que o nomadismo não pode ser considerado um definidor da alteridade cigana Calon, quando suas falas o incluem, tendo outros elementos usados para estabelecer fronteiras culturais.

Portanto, esse texto constitui-se uma forma de conceber a complexidade das relações e negociações de alteridade, da invisibilidade que uma percepção cultural pode assumir dominada pelo preconceito e estereótipos negativos. E seria mais ou menos isso que ciganidade experimenta ao se manifestar.

REFERÊNCIAS

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: **O Guru, o Iniciador e as Outras Variações Antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BORGES, A.B. **A inserção de novos sujeitos no espaço agrário do Triângulo Mineiro: os ciganos do assentamento Paulo Faria**. 2015. Dissertação. (Mestrado em Geografia). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2015.

CAMPOS, J.M.S. Notas sobre as Relações entre Calons e Gajons em Belo Horizonte (MG). **Áltera – Revista de Antropologia**, João Pessoa, v. 2, n. 7, p. 83-106, jul. / dez. 2018.

CUNHA, J.R. Lideranças Ciganas e os Processos de Demarcação Identitária na Comunidade Calon de Sousa/PB. **Áltera – Revista de Antropologia**, João Pessoa, v. 2, n. 7, p. 38-62, jul. / dez. 2018.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer** – uma descrição dos modos de subsistência das instituições políticas de um povo Nilota. São Paulo: Perspectiva, 2011.

FAZITO, Dimitri. **Transnacionalismo e Etnicidade: a construção simbólica do Romanesthàn (nação cigana)**. 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

HERZFELD, Michael. **Intimidade Cultural** – Poética Social no Estado-Nação. Lisboa: Edições 70, 2005.

LAMANIT, E.C.D. Teorias em debate sobre a origem dos ciganos. In: GODFARB, M.P.L.; TOYANSKI, M.; CHIANCA, L. O. (Orgs.). **Ciganos: Olhares e perspectivas**. João Pessoa: Editora Universidade Federal da Paraíba, 2019.

LAPLANTINE, F. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. São Paulo: Editora 34, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitan Swing, 2013.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e História. *In: Antropologia Estrutural Dois*. Rio Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

MALINOWSKI, B. **Crime e costume na sociedade selvagem**. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MELO, E.S.S. **A antropologia e os estudos sobre e com os ciganos no Brasil**. Brasília: 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2018.

MORAIS, Leila Samira Portela. Apropriação espacial, identidade e deslocamentos – Experiências Calon no sertão alagoano. **Áltera –Revista de Antropologia**, João Pessoa, v. 2, n. 7, p. 153-177, jul. / dez. 2018.

PERIPOLLI, G.C. **As raízes das flores: Uma etnografia entre mulheres ciganas em Pelotas, RS**. Pelotas: Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Pelotas, 2013.

PIAZZINI, Emilio. Los estudios socioespaciales: campo de tensiones y caminos recorridos. *In: BASINI, José et al. Os Estudos Socioespaciais – Cidades, Fronteiras e Mobilidade Humana*. Manaus: EDUA, 2014.

RADCLIFE-BROWN, A.R. **Estrutura e função na sociedade primitiva**. Petrópolis: Vozes, 1973.

SHIMURA, Igor. A ideia de ciganidade como chave para o reconhecimento da pluralidade cigana no Brasil. BRASIL. Ministério Público Federal. **Povos Ciganos: Direitos e Instrumentos para sua Defesa**. Brasília: MPF, 2020.

SHIMURA, Igor. **Duvelismo** – identidade e pluralidade religiosa cigana. Londrina: Descoberta, 2014.

SILVA, L.F. **Aqui, todo mundo é da mesma família** - parentesco e relações étnicas entre os ciganos na cidade alta, Limoeiro do Norte CE. 2010. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas** – A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.